

A democracia cristã como opção aos totalitarismos europeus

Prof. Dr. Selvino Antonio Malfatti
(Universidade Federal de Santa Maria - Brasil)
Instituto de Filosofia Luso-Brasileira - Portugal)
samatti@gpsnet.com.br

Resumo: No século XIX, na Europa, antes 1860, devido ao avanço da ideologia liberal, a influência da fé na política era praticamente nula e a possibilidade de essa agir politicamente, através de partidos confessionais, resultou em fracasso. Isso porque a maior parte dos católicos identificava-se com o conservadorismo e tradicionalismo e, por tabela, com a monarquia do tipo absolutista, além de serem defensores dos direitos e privilégios da Igreja. A Igreja, por sua vez, preteria os políticos cristãos leigos, tratando suas questões diretamente com os chefes de Estado por meio de sua hierarquia, bem como desautorizava qualquer pessoa a falar como seu representante. A escalada crescente de regimes totalitários fez os cristãos fundarem partidos políticos e se apresentarem como alternativa aos totalitarismos.

Palavras-chave: Democracia Cristã; Fascismo; Nazismo; Comunismo.

1. Considerações iniciais

Durante o século XIX a Europa assistia a escalada de dois pensamentos que se alastravam rapidamente. Tratava-se do materialismo e do ateísmo. O primeiro tem origens remotas na cultura europeia podendo ser encontrado no pensamento grego. O ateísmo era mais recente e teve sua divulgação principalmente através do iluminismo francês expresso na Enciclopédia. Em política a opção eram regimes ditatoriais e totalitários sem compromisso com valores ético-morais. Em decorrência disso a Igreja católica em particular e o cristianismo de modo geral eram atacados e mesmo ridicularizados. A reação veio na segunda metade do século XIX com a decisão dos cristãos atuarem politicamente e fazerem frente ao materialismo e ateísmo com propostas éticas e democráticas.

Os partidos cristãos surgiram e se desenvolveram no contexto histórico do século XIX e XX na Europa. Isso não significa que antes não tenha havido grupos leigos comprometidos com os princípios e valores cristãos, nem que, após o século XX, não haja ainda partidos cristãos. Apenas se ressalta que foi nesse ambiente histórico que eles marcaram sua presença de maneira indelével e de uma forma peculiar. Este fenômeno, por sua vez, ocorreu intensamente na Europa, num reduzido número de países. Na Inglaterra, por exemplo, partidos cristãos não tiveram força política. Na América praticamente não

existiram. Foi, portanto, de abrangência geográfica limitada.

A primeira dificuldade, quando se quer estudar a democracia cristã europeia é a denominação de partidos ora católicos, ora cristãos. Na verdade, todo católico é cristão, mas não vice-versa. Inicialmente, o termo “católico” foi empregado em sentido pejorativo pelos adversários desses partidos. Era um apelido quase de desprezo, no entanto, havia também dirigentes desses partidos que faziam questão de se autodenominarem católicos. Além disso, o nome católico prevaleceu no século XIX, enquanto no século XX, a denominação mais corrente era de cristão. Mesmo assim, católicos e cristãos não conseguiram abarcar a realidade da democracia cristã. Existia ainda a Federação de Círculos Católicos da Bélgica, Partido Católico Popular nos Países Baixos, Grão Ducado de Baden e Hungria. Não menos importantes eram o Partido de Centro, Partido Democrata Popular, Liga Democrática, Movimento Republicano Popular, Partido Popular e assim por diante.

A preferência pelo termo cristão deveu-se ao fato de que esse não excluiria o eleitorado protestante que poderia engajar-se na disputa política, além de demonstrar autonomia em relação à hierarquia católica. Neste estudo valemo-nos da denominação de “democracia cristã” para enfeixar tanto os partidos católicos como cristãos.

O adjetivo “popular”, por sua vez, indica uma ideologia, isto é, um “povo organizado” em corporações e associações, opondo-se ao liberalismo individualista. A questão da “democracia” era um claro recado tanto aos liberais quanto à Igreja. Para os liberais, os democratas cristãos estavam dispostos a aceitar as regras do jogo liberal, a democracia formal, mas não seu conteúdo individualista. Para a Igreja, que recusava o liberalismo, afirmava-se que ela aceitava o jogo liberal, mas declarava que queria outro conteúdo, diferente do liberal, isto é, os da Doutrina Social da Igreja, os princípios e valores cristãos.

Se observarmos o mapa da Europa nos séculos XIX e XX, podemos constatar que, em alguns espaços, a democracia cristã foi bem-sucedida, em outros menos e, em outros, praticamente inexistiu. A partir disso, podemos formular algumas indagações. Por que os partidos democratas cristãos germinaram e floresceram em determinados locais e em outros não? Quais as condições propícias para emergirem partidos cristãos? Existem inúmeras razões, apontaremos as mais significativas.

É necessário que haja um húmus institucional, isto é, instituições que garantam seu

sucesso. É preciso, portanto, um regime representativo e um parlamento. Na Idade Média não seria possível, pois inexistiam tais instituições. O monarca absoluto não permitia a divisão do poder e muito menos considerá-lo de origem popular. Os regimes liberais criaram este ambiente favorável, no qual os partidos cristãos aproveitaram o espaço não preenchido pelos outros partidos.

Outra condição é um estado neutro religiosamente. Formar-se um partido cristão dentro de um ambiente político onde a religião constitui parte do aparato institucional do Estado seria um contrassenso. Um partido católico, por exemplo, em que a Igreja é religião oficial daquele estado não faria o menor sentido.

A condição seguinte é de os cristãos politicamente serem minorias e que haja algum partido, ou vários, que os discriminem. Para tanto, há um desafio a enfrentar e, para isso, precisa-se lutar. Foi o que aconteceu no período, mormente no século XIX, em que os católicos, na Itália, haviam perdido espaço para os liberais e, por isso, era necessário reconquistar seu lugar; também no Império Austríaco, os católicos eram considerados cidadãos de segunda categoria.

Os partidos cristãos até podem nascer no/do seio da hierarquia da Igreja, mas precisam se libertar, tornarem-se autônomos. Enquanto os partidos ficarem atrelados e dependentes do clero, não conseguirão acenar para uma ética de bem comum, o que ocorrerá não só para os fiéis. Podem inspirar-se na doutrina da Igreja, mas não sublimá-la como bem absoluto e sim considerá-la um bem relativo válido para toda sociedade e não só para aquela determinada religião. Forma-se assim uma concepção de modelo de sociedade cristã não exclusivista.

Percebe-se que partidos cristãos e católicos foram bem-sucedidos em sociedades onde o cristianismo era praticado com fervor, intensamente. Fazia parte da cultura popular, identificava-se com o dia a dia da população. Desse modo, os partidos cristãos, nessas sociedades, constituíam-se em uma continuidade da crença particular. O catolicismo era a expressão política da religião. O cristianismo das associações, das entidades, dos sindicatos passou a fazer parte do partido. Inseriu-se nele. O partido passou a ser a face social da religião.

Embora essas condições fossem favoráveis, não seriam suficientes se não houvesse uma determinação de avançar da simples postura defensiva para a ofensiva como acontecia no primeiro momento em que os católicos e cristãos simplesmente queriam se defender dos

ataques dos liberais. Com efeito, a primeira decisão foi de defesa perante os liberais, mas em seguida, passou-se ao ataque, isto é, confrontação ideológica nas urnas. E a partir do sucesso, a consolidação e permanência como partido político cristão.

Até o momento se falou na autonomia em relação à hierarquia eclesiástica. Contudo, era uma autonomia “sui generis”, pois a Igreja necessitava do partido e o partido necessitava da Igreja. Caminhavam paralelamente, mas relacionavam-se. A Igreja, principalmente em períodos eleitorais, às vezes sutilmente, outras vezes abertamente, apoiava os candidatos cristãos. Estes, por sua vez, defendiam perante o poder público as iniciativas da Igreja. Era uma via de ida e vinda, mão dupla. Não se pode dizer que os partidos cristãos fossem o braço secular da Igreja, no entanto faziam parte da política do Vaticano¹.

2. A Igreja e o Liberalismo

No século XIX, na Europa, antes 1960, devido ao avanço da ideologia liberal, a possibilidade de a Igreja influir politicamente, através de partidos confessionais, resultou em fracasso. Isso porque a maior parte dos católicos era identificada com o conservadorismo e, por tabela, com a monarquia do tipo absolutista, além defender os direitos e os privilégios da Igreja. A Igreja, por sua vez, preteria os políticos cristãos leigos e tratava as suas questões diretamente com os chefes de Estado, através de sua hierarquia e desautorizava qualquer pessoa a falar como se fosse seu representante.

A situação começou modificar-se na década de Sessenta, quando os governos liberais iniciaram uma série de ataques contra os privilégios da Igreja, como aconteceu na Bélgica, Holanda, Áustria, Alemanha, Itália e França. Esse é um período caracterizado pelo anticlericalismo. Os ataques liberais centravam-se, principalmente, na educação e na família. O que acontecia era um confronto ideológico entre o conservadorismo da Igreja e o liberalismo das elites dirigentes. O ataque dos liberais à família e à educação objetivava a mesma coisa, isto é, o controle ideológico. A Igreja, pelo controle que exercia sobre a família e educação através da religião e escolas, possuía grande influência ideológica sobre seus fiéis, os quais eram maioria na sociedade. Esta população tornava-se objeto de conquista dos liberais, pois precisavam do seu consentimento para se legitimar. Como estratégia, os liberais utilizavam a desmoralização da instituição Igreja. Esta, acuada pelos

¹ MAYER, Jean-Marie. *Los Partidos Católicos y demócrata cristianos, un Intento de Definición*. Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana. Mexico, 1987, p. 9-14.

liberais, procurava evidentemente defender-se. Como sua voz era cada vez menos influente perante as elites políticas, tomou a decisão de isolar-se do mundo político e fechar-se sobre si mesma. Passou, então a levar uma vida paralela, tornou-se um Estado dentro de outro Estado. Essa estratégia não se mostrou nem eficiente, nem eficaz. Os ataques se tornavam mais intensos e o descrédito político aumentava na mesma proporção.

A Igreja mudou então de estratégia. Voltou-se para suas associações, presentes nas paróquias, clubes recreativos, confrarias e outras formas de organização comunitária. Centralizou essas associações não no objetivo político, mas em uma vida exclusivamente religiosa. Essa estratégia, porém, também foi ineficiente para evitar os ataques liberais, pois os membros das associações mostravam-se descontentes por não poderem influir politicamente.

O primeiro passo da Igreja para influir na política foi apoiar grupos conservadores e estes passaram a visar a resultados eleitorais e a contrapor-se aos ataques dos liberais. A Igreja, porém, não queria partido político e dar-se-ia por satisfeita se cessassem os ataques. Os grupos, por sua vez, pensavam em termos de influência passageira e não partido permanente.

Nesse momento, todavia, a Igreja passou a apoiar grupos concretos e seus membros e organizações tiveram que se envolver na práxis política - mais precisamente nas campanhas eleitorais – a Igreja foi forçada a uma ação coordenada, objetivando uma ação conjunta de toda sua organização de massa².

Até esse momento, o movimento político católico não possuía autonomia. Era apenas um apoio do eleitorado católico aos candidatos moderados. A própria Igreja não pretendia ir mais longe com o apoio a determinados candidatos. Se obtivesse a revogação das reformas anticlericais, dar-se-ia por satisfeita, e o movimento católico se retiraria da práxis política. Sua presença seria apenas conjuntural e não estrutural. No Vaticano, a ideia de se fundar um partido político católico era ostensivamente afastada³.

3. Emergência de Partidos Confessionais

Em tal contexto, como explicar a emergência de partidos católicos? Como estes

2 DE ROSA, Gabriele.. *Il Movimento Cattolico in Itália: dalla Restaurazione all'età Giolittiana*. Bari, Laterza, 1972, p. 265ss.

3 SECCO SUARDO, Dino. *I Cattolici Intransigenti: Studio di una Psicologia e di una Mentalità*. Brescia, Moncelliana, . 1962, p. 135.

partidos conseguiram encontrar um espaço político no congestionado mercado eleitoral, ocupado pela dicotomia entre as duas ideologias-padrão de liberais e socialistas, subdivididas em dezenas de subideologias? E como estas duas ideologias tiveram que conviver com o novo ator político?

O que aconteceu foi que o sucesso eleitoral não estava previsto nem pelos liberais, nem pelos socialistas e, muito menos, pelo conservadorismo da Igreja. No entanto, o movimento político cristão, a partir de então, adquiriu *motu proprio*. Disso, nasceu uma identidade política dos leigos enquanto católicos, na sua maioria, e cristãos de um modo geral. O eleitorado posicionou-se contra a orientação e pensamento da Igreja. Legitimou a participação política dos católicos, a qual se emancipou da hierarquia e, portanto, fugiu do controle da Igreja, fazendo nascerem os partidos confessionais. A partir de então, os católicos leigos promoveram sua própria agenda, com conteúdos da doutrina da Igreja, mas com estratégias políticas liberais. Os ativistas católicos perceberam que não somente o chamamento material dos socialistas e o desfrute da liberdade dos liberais era politicamente um bom negócio, mas também a oferta religiosa. O homem não somente sentia fome de pão ou necessidade de liberdade, mas também de respostas existenciais.

Nesse período, em torno da década de oitenta do século XIX, o voto se encaminhava para a universalidade. Com o sucesso eleitoral, os partidos católicos se tornaram os pioneiros como partidos de massa e, portanto, foram os primeiros a se beneficiarem da democratização do sufrágio. Por isso, quem criou os partidos confessionais foi o consenso das massas que afluíram para as propostas dos movimentos católicos de massa.

O que de fato contou não foram os resultados eleitorais em termos de cadeiras, mas a percepção da própria força política. Foi o que aconteceu na Alemanha e na Itália. O *Zentrum* alemão obteve 18,7% em 1871, enquanto o *Partito Popolare* italiano conseguia 20,5% das cadeiras em 1919. A tomada de consciência, a percepção do momento assentavam-se sobre três razões fundamentais: primeiro, tanto o *Zentrum* como o *Partito Popolare* se transformaram na segunda força política em seu país; segundo, a derrota infligida aos liberais levantou o moral dos participantes; terceiro, foi a primeira demonstração de força dos católicos em defesa da Igreja. Também não se pode deixar de registrar o elemento surpresa dos adversários das coligações católicas. Os liberais estavam tão certos de suas posições hegemônicas e inamovíveis que sequer sonhavam com aquele inesperado resultado eleitoral. E foi precisamente o elemento surpresa, também para Igreja,

que levou à perda de controle do movimento católico, o qual começou a agir em *motu proprio*, fora da gravitação da hierarquia eclesiástica, fundando partidos confessionais⁴.

Na França, no período, a organização partidária em torno de um partido confessional praticamente não existiu. Várias explicações foram apresentadas, como a decadência da fé ou o entendimento de que os partidos conservadores supriram uma lacuna. No entanto, essas explicações não respondem a todas as objeções. Uma delas é o fato de que, na França, o catolicismo sempre foi relevante, por isso a Igreja a denominava “filha maior”. Outra questão é a circunstância da virulência do conflito entre Igreja e Estado no período de 1879 a 1906, que, inclusive, se torna a questão ideológica chave entre Estado Igreja na III República.

A resposta mais plausível parece residir nas repetidas derrotas eleitorais dos conservadores. No período compreendido entre 1876 a 1919, eles perderam todas as competições, ficando sempre na oposição. O argumento de que a religião é um componente perdedor não convence, pois em outros lugares se dava exatamente o contrário. A explicação deve ser buscada no seio do próprio conservadorismo francês, caracterizado pela divisão interna e desorganização enquanto grupo político. Em numerosas eleições cruciais, os candidatos conservadores combatiam-se mutuamente. A competição não se dava somente interideologias, mas intraideologia. O eleitorado ficava confuso e submobilizado, causando o abstencionismo eleitoral. Mas, como explicar essa desmobilização? A Igreja, na França, não optou pela estratégia organizativa⁵. Com isso, faltou a dimensão popular do catolicismo na França. A Igreja preferiu outra estratégia, uma alternativa à mobilização popular, porque acreditava que os republicanos seriam derrotados pela direita e a monarquia restabelecida. A Igreja depositava suas esperanças na força da direita e na instabilidade do regime republicano. Isto levaria a uma situação insustentável diante da qual ou o eleitorado optaria pela direita ou os militares derrubariam o regime e implantariam um regime mais estável, identificado com a monarquia. Quando, em 1889, fracassou o golpe de estado Boulanger, a Igreja convenceu-se de que errara. Então, às pressas, tentou revigorar uma estratégia participativa, apoiando a direita. Um exemplo foi a

4 MOLONY, John N.. *The Emergence of Political Catholicism in Italy: Partito Popolare, 1919-1926*, Totawa, Rowan Littlefield, 1977, p. 65ss.

5 POULAT, Émile.. *Église contre Bourgeoisie: Introduction au Devenir du Catholicisme actuel*. Paris, Casterman, 1977, p. 130ss.

Action Liberale Populaire, mas já era tarde. A mobilização pró-Igreja foi fraca, inclusive, muitos cidadãos religiosos apoiaram os republicanos. As repetidas derrotas deixaram os ativistas sem ânimo não só para continuarem na participação, mas também dispostos a não se envolverem na fundação de um partido confessional. Em 1906, ocorreu a separação entre Igreja e Estado e, com ela, mais uma batalha eleitoral perdida pela a ALP. Os republicanos conformaram-se, cessaram os ataques anticlericais e a Igreja caiu em si, admitindo a derrota.

4. Os Partidos Cristãos do Pós-guerra

Com o fim do conflito mundial em 1945, os partidos cristãos ascendem ao poder na maior parte da Europa. Várias razões podem ser arroladas para explicar esse sucesso político. Primeiramente, os democratas cristãos se alistaram na resistência aos regimes fascista e nazista. Em segundo lugar, os partidos de direita tradicional desapareceram no período bélico, deixando um vácuo político. Em terceiro, a rejeição ao comunismo e, por último, o apoio expreso da Igreja aos partidos cristãos. Destacaram-se como lideranças em seus países Alcide De Gasperi, na Itália, Konrad Adenauer, na Alemanha e Robert Schuman, na França. Embora na França a democracia cristã tivesse sido meteórica, isto é, de rápida ascensão e queda, em outros países, como Bélgica, Holanda, Alemanha e Itália, conquistou posições políticas duradouras. Poder-se-ia dizer que o auge político, atingido pela democracia cristã na Europa, ocorreu na década de sessenta, iniciando-se então o refluxo.

4.1 Bélgica

Na Bélgica, cuja questão política central foi a disputa pela hegemonia linguística flamenga e francesa, formavam-se governos de coalizão partidária. A exceção ocorre entre 1950 a 1954 com um governo social cristão em torno do Partido Social Cristão. Após esse período, constitui-se um governo de coligação sob a liderança do socialista Achille von Acker que passa apoiar um sistema de ensino laico, em detrimento do ensino confessional católico. Em 1958, novamente o partido social cristão consegue o governo, mas os fracassos ante o problema linguístico dos governos liderados pelos cristãos, Gaston Eyskens, Théo LeFèvree e Pierre Harmel, provocam a derrota eleitoral em 1961 e 1965. Novamente retorna a questão central, a língua. Eyskens propõe uma fronteira linguística

entre as entre as regiões que falam o francês e as que falam flamengo. Os de língua francesa, minoria com 33%, não acatam e deixam de prestar apoio político, provocando a queda do governo de Paul Vanden-Boeynants, bem como há a convocação de novas eleições.

4.2 Países Baixos

Os Países Baixos ou Reino dos Países Baixos também *experimentou* um forte partido cristão após a Segunda Guerra Mundial. Trata-se do Partido da População Católica que, desde 1948, governou em um sistema de aliança com quase todos os demais partidos políticos. De 1954 a 1959, perdeu o governo para os laboristas, porque o partido católico não aceitava formar um governo com os laboristas na oposição, temendo perder o apoio eleitoral do eleitorado operário católico. Essa situação deu oportunidade aos laboristas de prevalecerem na formação do governo.

Vê-se que o Partido Católico e os laboristas foram os únicos que tiveram um crescimento significativo no número de cadeiras. Os demais ou se mantiveram ou perderam cadeiras. No fim da década de sessenta, 1967, formou-se uma ampla coalizão para se constituir um governo. Nessa, formaram aliança o Partido da População Católica, os Liberais, os Antirrevolucionários e os Cristãos Históricos, os quais conseguiram 86 das 150 cadeiras. O líder do governo, Piet de Jong, pertencia ao partido católico. No entanto, após a década de sessenta, como nos demais países europeus, começou o refluxo do partido católico.

4.3 Áustria

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a Áustria, que havia sido anexada à Alemanha por Hitler, é dividida em quatro zonas ocupadas pelos aliados: França, Inglaterra, Estados Unidos e Rússia. Constituiu-se um governo provisório e a república foi restabelecida. Somente em 1955, o país conseguiu novamente a sua soberania pelo Tratado do Estado Austríaco. Foi promulgada uma Constituição, comprometendo-se a manter a neutralidade. Em 1966, foram realizadas eleições para preencher as vagas de 165 deputados da Assembleia Nacional. O resultado apontou uma maioria absoluta para o partido católico, Partido Popular da Áustria, o qual, nas eleições de 1962, obteve 81 cadeiras, faltando apenas duas para a maioria absoluta.

Formou-se um governo monopartidário com Josef Klaus. Mas, já em 1970, o governo passou para os socialistas, tendo como líder Bruno Kreisky.

4.4 Alemanha

A Alemanha foi dividida em oriental e ocidental em 1949, porém, pouco a pouco, cada uma delas iniciou uma vida política própria. A oriental praticamente se tornou satélite da URSS, subordinando-se às decisões superiores de Moscou, já a ocidental, paulatinamente, retoma a vida autônoma. Nesse contexto, o renascimento dos partidos políticos, na ocidental, ocorreu com as primeiras eleições administrativas em 1946, quando se apresentaram à disputa os democratas cristãos, os sociais democratas e os liberais, permanecendo esses por quase meio século na arena política. Na zona dominada pelos soviéticos, os sociais democratas e os comunistas são obrigados a se fundirem, dificultando a competição para os demais partidos, como os democratas cristãos.

Em 14 de agosto de 1949, realizam-se as eleições na República Federal da Alemanha que dão a vitória aos democratas cristãos sob a liderança de Konrad Adenauer, o qual, em setembro, forma o primeiro gabinete de centro-direita, com os liberais e outros partidos conservadores. Adenauer escolhe para ministro Ludwig Erhard que leva adiante uma proposta político-econômica da economia social de mercado. Há que se frisar que a economia social de mercado não se identifica com o liberalismo econômico. A proposta é originária de ideias político-econômicas da própria Alemanha. A economia social de mercado pode ser entendida como uma combinação de liberdade de mercado com a eficiência proveniente da competência, bem como a garantia de uma existência digna para os setores menos favorecidos da sociedade.

O sucesso do plano foi secundado por alguns fatores que não dependeram diretamente do ministro Erhard. Entre eles, pode-se destacar que a situação catastrófica em que se encontrava a Alemanha não era da responsabilidade de nenhum partido recém-constituído. Em segundo, havia um ambiente cultural propício para a operacionalização de novas ideias econômicas, desenvolvidas durante o período nazista, com o objetivo de reorganizar a Alemanha após o fim da guerra⁶.

Com o democrata cristão Adenauer no governo, no cargo de chanceler, e Erhard como

⁶ ADENAUER, Konrad. *Seguridad Social en la Economia Social de Mercado*. Bonn, CIEDLA, 1995, p.26-28.

ministro da economia, a Alemanha reingressa no concerto das nações democráticas ocidentais. A União Cristã Social – CDU e CSU – permanece hegemônica até 1966, quando se inaugura um governo de coalizão com os sociais democratas.

Do mesmo modo que em outros países da Europa, a partir da década de sessenta, começa o período de decréscimo em termos eleitorais, embora com momentos de recuperação, estava em franca decadência. A queda maior, porém, ocorrerá a partir de 1998, com a vitória do partido social-democrático e de seu candidato Gerhard Schoeder. Finda então a era de Helmut Kohl, chanceler desde 1982. E, em novembro de 1999, eclode o escândalo dos “fundos negros”, após a descoberta de uma colossal evasão fiscal. Parte teria ido parar na CDU, liderada por Helmut Kohl. O acontecimento colocou em xeque o próprio partido, deixando dúvidas sobre sua sobrevivência. Embora Kohl tenha chamado toda culpa sobre si mesmo, os inquéritos judiciais encontraram indícios de outros membros do partido também envolvidos em corrupção⁷.

4.5 A Democracia Cristã Italiana: uma força católica e um partido político.

Na década de vinte, na Itália, a atuação dos católicos na política realizava-se através do Partido Popular fundado por Dom Luigi Sturzo. Para conseguir uma convivência com o regime fascista, o Papa Pio XI sacrificou o Partido Popular e os seus membros ingressaram na Ação Católica, fazendo oposição ao regime fascista de Benito Mussolini. Com o advento da II Guerra Mundial, o secretário geral do partido, Alcide De Gasperi, se refugiou no Vaticano, recebendo o apoio do próprio Papa Pio XII que lhe deu um cargo como bibliotecário. Monsenhor Montini também mantinha estreitas ligações com os principais líderes do Partido Popular, na pessoa de De Gasperi, e com a Federação dos Universitários Católicos, na pessoa de Giulio Andreotti, aguardando apenas a ocasião propícia para lançá-los na vida pública com o novo nome de Democracia Cristã, sob o escudo cruzado e com o emblema “Libertas”. O grande objetivo era congregar os católicos para combater o comunismo e o fascismo. Na Itália, o comunismo tinha por líder Palmiro Togliatti. Este fora nomeado pelo próprio Stalin para dirigir a política comunista na Revolução Espanhola. Esses dois líderes enfrentaram, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, uma luta estratégica de conquista de adesões do eleitorado, de instituições e de organizações. De Gasperi tinha uma retaguarda poderosa: o clero, o episcopado e toda uma tradição

⁷ CACIALGLI, Mario. La Caduta de Kohl il Destino della Cdu. *Il Mulino*. Gennaio-febraio, 2000. Bologna. p.160 a 163.

intervencionista da Igreja na Itália. Levou adiante a inserção da Democracia Cristã nas universidades, reativou a poderosa Federação de Universitários Católicos, supervisionou a implantação da Ação Católica, convenceu o clero a utilizar-se do púlpito para propaganda da Democracia Cristã, penetrou nas cooperativas do meio rural e nas associações de pequenos proprietários, combateu o livre sistema financeiro, apoiou o banco católico e atraiu o apoio dos grandes industriais. O líder comunista, Togliatti, por sua vez, afastou a ideia da revolução violenta, nos moldes do Exército Vermelho e adotou a estratégia de Antonio Gramsci da “guerra das posições”. A princípio discretamente e depois dos anos cinquenta, abertamente. Desde o início, inclinou-se por um comunismo nacional e, nesse aspecto, mantinha uma relativa autonomia em relação a Moscou.

Logo após a derrota do fascismo, tem início na Itália a ação de reconstrução do Estado italiano. Já durante o conflito e pressentindo-se seu fim, nos bastidores do Vaticano, organizava-se uma força política, sob a liderança de Alcide de Gasperi, para substituir o regime fascista. Se este regime totalitário estava em decadência, outro, também totalitário, estava em ascensão, o comunismo. A nova organização católica devia, ideologicamente, ser capaz de apresentar-se como alternativa de ambos. O fascismo, derrotado militarmente, politicamente apresentara-se como uma alternativa ao liberalismo, propondo substituir a representação política pela representação econômico-profissional. Não eram os cidadãos e seus interesses que se deviam representar, de conformidade com a doutrina liberal, mas os diversos grupos econômicos. O fascismo, na Itália, apresentava-se como uma força política capaz de pôr fim ao atraso econômico. Culpava o liberalismo pela defasagem econômica em relação aos demais países da Europa, pois no liberalismo, tudo devia obedecer ao “laissez faire”. Em substituição ao “deixar fazer,” era preciso introduzir o “obrigar fazer,” propunham os mentores do Fascismo.

No entanto, o comunismo também rondava a Itália no fim da II Guerra Mundial. Desse, a Europa tinha alguma experiência, mas o que se sabia era o que acontecia no leste europeu e o que chegava da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas- URSS. Esse regime também se apresentava como uma alternativa ao liberalismo. Em vez da representação, o comunismo propunha a vanguarda operária, encarnada no partido. O partido era a voz da maioria e ele gerenciaria o Estado. Economicamente, propunha a coletivização dos bens de produção, a proibição da propriedade privada e uma economia livre de lucros.

Também nesse caso, pelo que acontecia no leste europeu e pelas notícias chegadas da URSS, o preço do regime era alto demais. Milhões de pessoas sacrificadas, outras tantas deportadas, bem como desaparecidas. Era o regime totalitário, da desolação, no qual até mesmo a consciência era invadida.

O período “degasperiano”, desde a fundação da Democracia Cristã até 1953, é particularmente desafiador para a Democracia Cristã. Primeiramente, é um partido novo, com alguns participantes com experiência no extinto Partido Popular como Alcide De Gasperi e Luigi Sturzo. Em segundo lugar, não foi um partido que emergiu da sociedade italiana, mas em boa parte foi criado artificialmente em laboratório, mormente no Vaticano. Guindado ao governo, deveria dar conta de algumas tarefas nada fáceis para um pós-guerra, no qual a Itália não somente foi perdedora, pois ficara falida economicamente. Mas, a maior de todas as missões era de conter o fascismo de direita e o comunismo de esquerda, este o segundo partido mais forte da Itália. Nesse preciso período, a Democracia Cristã foi atacada pelos amigos e inimigos, pelos seus apoiadores e opositores, exatamente quando estava se organizando.

No primeiro período, predomina a figura carismática De Gasperi. É considerado como uma autêntica liderança: forte, decidido, de marcante influência pessoal, a qual se faz sentir no enfrentamento dos problemas cruciais e na organização do novo partido. Sob sua inspiração, a Democracia Cristã amadureceu ou foi amadurecida em um ambiente eclesiástico e no laicato católico. A Democracia Cristã foi criada com o objetivo de contrapor-se às forças laicizantes e comunistas, para tutelar, defender e promover os interesses da Igreja e dos católicos na fase de reconstrução, reduzindo ao mínimo os inconvenientes decorrentes dos compromissos da Igreja com o fascismo. Mas na prática, significou muito mais que isso, por exemplo, incorporando os eleitores católicos em um regime democrático.

Nessa fase, tornava-se crucial conseguir os máximos de recursos organizativos, a fim de conter a esquerda, máxime os comunistas. Passados os primeiros momentos, o partido deu mostras de estar atingindo os objetivos. Para o momento subsequente, era preciso continuar contar com o apoio da organização católica e por outro, defender a democracia republicana. O primeiro era tanto mais importante, pois em alguns setores da Igreja se pensava em criar outro partido. Isso se tornava crucial para o partido da Democracia Cristã e como o apoio eleitoral desse, nesse período, estava dependente do empenho do

catolicismo, não poderia perder nenhum apoio. Esse era o preço de optar pelo “partido dos católicos”, e, nesse momento, talvez tenha sido inevitável para a Democracia Cristã radicar-se na sociedade italiana, desempenhando então o papel que lhe foi cometido. Isso não significa que não tivessem advindo consequências negativas. Uma delas é o fato de que o partido conseguia mover-se com dificuldade, pois sentia o peso da mediação católica, mormente da alta hierarquia, quando não do vértice do Vaticano. Mas há também as positivas, sendo uma das mais importantes aquela em que a Democracia Cristã evitou que alguns setores eclesiásticos enveredassem para experiências do tipo salazarista, mantendo o mundo católico dentro dos limites democráticos. Nesse sentido, parece que a balança pende positivamente, pois, perante tantas dúvidas, mesmo da parte da hierarquia eclesiástica, a liderança *degasperiana* garantiu para a Itália a opção democrática.

Em consequência disso, o partido da Democracia Cristã tem como primeiro desafio de sua organização a assimilação dos dirigentes da ação católica nos seus quadros. Nesse sentido, inicia um intenso trabalho de recrutamento de filiados para poder preencher os cargos em nível local e nacional. Começa o processo de desmembramento da tutela eclesiástica, pois precisa expandir-se além do seu raio de ação. É consenso se afirmar que o sucesso do primeiro período da Democracia Cristã se deveu à organização da ação católica atraída para o partido. Mas a Democracia Cristã não para aí, passa, a partir de então, a andar com autonomia, aceitando criticamente o apoio dos meios católicos. Isso porque De Gasperi tinha consciência que um partido de uma religião seria um contrassenso. Poderíamos nos perguntar: como foi possível que de uma doutrina religiosa adviesse uma proposta política que conseguiu sublimar a opinião pública e imantou os interesses nacionais? Ocorreu aquilo que John Rawls denominou de “concepção política de bem”. Conforme o autor, uma concepção de bem em política é diferente de uma concepção religiosa ou filosófica. Esta última é abrangente, isto é, absoluta. A política é específica, isto é, é para aquele objeto concreto, de modo que, ao aceitar uma determinada ideia de bem em política, não é necessário aceitar esta ou aquela religião. Com isso, ela se torna razoável e não matéria de fé ou sentimento. É isso precisamente o que caracteriza um regime democrático. Caso fosse a concepção de bem absoluta, certamente cairíamos no totalitarismo, fundamentalismo ou outro regime, mas nunca no democrático. Uma proposta de bem político democrático pode ser aceita por toda sociedade, composta de cidadãos livres e iguais, pois não pressupõe uma doutrina pluralista.

Com efeito, foi o que ocorreu com a Democracia Cristã a partir da concepção de De Gasperi. Ele, paulatinamente, passou a atuar politicamente de forma autônoma em relação à hierarquia eclesiástica. Estabeleceram-se metas e programas fora da Igreja. Eram metas de uma sociedade civil como a inserção da Itália na comunidade europeia, ou a industrialização. De Gasperi; quando organizou a economia para o Estado fazer o papel de regulador, ao criar uma estrutura para o processo econômico capitalista, ao fazer conviver prosperidade e liberdade; não tinha em mente uma determinada religião, mas um interesse que atingia a comunidade civil, em síntese, um bem político. Nisso, parece que consistiu a possibilidade de êxito da Democracia Cristã na Itália e nos demais países europeus que a adotaram, como foi o caso da Alemanha.

A organização da Democracia Cristã encaminha-se para o democrático, deixando de lado algumas veleidades salazaristas baseadas no apelo de Leão XIII, que propunha as Corporações de Ofício. A Democracia Cristã surge como uma proposta que se propõe limitar o poder do Estado, ser um canal de participação política da sociedade, aceitar um conjunto de ideologias, até visceralmente contrárias a sua proposta. Admite um pluralismo ideológico, faz votos nas instituições democráticas, submete-se às regras do jogo democrático, tais como partidos, eleições, coligações, governo da maioria, estado de direito, sistema representativo e outros componentes. Essa será uma opção essencialmente liberal-democrática que a acompanhará por toda sua existência. Sua grande façanha será trazer o contingente católico para esta ideologia. O catolicismo, com princípios religiosos e éticos claros, ainda não havia se definido pelo regime político. A Democracia Cristã preencheu esse vazio, unindo os valores cristãos com os ideais democráticos. Por isso, ao lado da ênfase dada ao papel de conter o fascismo e comunismo, desempenhado pela Democracia Cristã, não menos importante foi a incorporação das massas católicas à democracia. O partido colocava-se como intermediário entre o sistema representativo político e a hierarquia eclesiástica que, por sua, vez influía as associações católicas. Quanto às associações católicas, elas inseriam-se no partido. A unidade dos católicos estava a cargo da hierarquia eclesiástica e competia ao partido o compromisso com os grandes interesses da Igreja.

Esse intercâmbio entre Igreja e partido manteve-se até a década de setenta e ambos lucravam. As organizações católicas garantiam à Democracia Cristã um folgado apoio, em torno de 35%, e por sua vez, o partido mantinha dentro dos limites as aspirações de

laicidade da sociedade civil, como era o caso do divórcio⁸.

5. O Partido Popular Europeu como o Partido Cristão da Europa

O embrião da integração europeia começou em 1951 com o Tratado de Paris, quando foi instituída a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço - a CECA. Assinaram este tratado Bélgica, França, Alemanha Federal, Itália, Luxemburgo e Holanda. Para a Assembleia da CECA, em setembro de 1952, os representantes, designados pelos parlamentos de seus respectivos Estados, se dividiram em três grupos políticos: democratas cristãos, socialistas e liberais. Em Roma, em 1957, são assinados por França, Itália, República Federal da Alemanha, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo os tratados que dão origem à Comunidade Econômica Europeia, a qual dará vida, em 1958, ao Mercado Comum Europeu – MEC e à Comunidade Europeia para a Energia Atômica- EURATOM. Também para o Parlamento Europeu compareceram os representantes do parlamento de seus países, mantiveram sua divisão em grupos políticos. Com as primeiras eleições para o Parlamento europeu, a primeira ocorrida em 1979 e, depois de cinco em cinco anos, vão se definindo os quesitos para formação de um grupo político, bem como sua aceção dentro do parlamento. As principais exigências que se estabeleceram para constituir um grupo político foram: 1º. Ter uma base de afinidade ideológica com dois países membros, no mínimo. 2º. Não extrapolar a área geopolítica da Comunidade Europeia. 3º. Ter como objetivo a elaboração de uma plataforma ideológica e programática com vistas às eleições europeias. 4º. Ter um aparato organizativo, embora pequeno, mas de âmbito europeu. A partir dessas exigências, vão se formando os grupos políticos. O primeiro deles surge em abril de 1974, constituído pela União dos Partidos Socialistas da Comunidade Europeia. O segundo, em março de 1976, a Federação dos Partidos Liberais e Democráticos da Comunidade Europeia e o terceiro, em abril de 1976, o Partido Popular Europeu ou a Federação dos Partidos Democratas Cristãos da Comunidade Europeia⁹.

A primeira eleição direta para o Parlamento Europeu se realizou em 1979. Nela, o Partido Popular Europeu conseguiu o apoio de 32,8 milhões de eleitores, alcançando uma porcentagem de 29,6% das cadeiras. Os socialistas e sociais democratas – tradicionalmente

8 PASQUINO, Gianfranco. Pluralità degli Apporti e delle Componenti nel Modelo di Partito Degasperiano. *Quaderni*. Numero 21, 1982, Milano. p. 12 a 15.

9 PAPISCA, Antonio. “I Partiti Politici Europei, ovvero: il “Fronte dell’Europa”. *Il Mulino*. Novembre-Dicembre 1977. Bologna. p. 812.

adversários do Partido Popular Europeu - obtiveram uma pequena vantagem, 112 cadeiras. Já em 1984, o Partido Popular passou a ter 110 cadeiras. Na eleição subsequente, 1989, a distribuição de cadeiras no Parlamento Europeu ficou assim:

Pelo Tratado de Maastricht, 1992, foram legitimados cinco grupos políticos, em nível europeu, os quais iriam concorrer ao Parlamento Europeu em 1994. Para se constituir um grupo político, era necessário que se tivesse a adesão de 29 parlamentares, se pertencer a um estado membro; 23, se pertencer a dois estados; 18, se for de três estados; e 14, se pertencer a 4 estados membros. A função dos partidos na União Europeia está estabelecida no artigo 138/A do Tratado: “Os partidos políticos em nível europeu são um importante fator para a integração da União. Eles contribuem para formar uma consciência europeia e exprimir a vontade política dos cidadãos da União”. A partir de então, o Partido Popular Europeu tornou-se hegemônico. Conseguiu 125 cadeiras em 1994 e, em 1999, ampliou-as para 233, ultrapassando os socialistas que ficaram com 180 cadeiras.

Como se percebe, as diversas democracias cristãs europeias, congregadas no Partido Popular Europeu, são incontestavelmente a segunda força política da Europa, na qual perdem apenas para os socialistas, mas se distanciam quatro vezes mais de seu imediato¹⁰. Na medida em que a democracia cristã europeia se aglutina no Partido Popular Europeu, vai diminuindo seu caráter programático e aumenta a postura de defesa de princípios humanistas e cristãos. Esta postura fica clara no documento para os novos desafios do século XXI, do Partido Popular Europeu, intitulado “União de Valores”. No Prefácio, salienta-se a necessidade de preservar os valores para uma maior coesão social, fazer bom uso das novas tecnologias, integração das culturas e credos, para inovação. Cada título do Documento destaca, em subitens, os valores que o sustentam: a pessoa, a economia na Europa, desafios da era da informação, identidade europeia do século XXI, a Europa aberta ao mundo, novas abordagens e valores sólidos.

6. Considerações finais

A Democracia Cristã nasceu como alternativa ao liberalismo, o qual, politicamente, queria substituir as monarquias absolutas, mas objetivava a instituição de um Estado laico. A Igreja estava comprometida com o absolutismo e, em decorrência disso, era vista como adversária por parte do liberalismo, e, já que fora despojada dos privilégios que desfrutava

¹⁰ DASTOLI, Virgilio. I Partiti Europei di Fronte alle elezioni di Giugno. *Il Mulino*. Marzo-Aprile. 1994, Bologna. p.342.

na monarquia absoluta, via no liberalismo um usurpador, naquele momento histórico do século XIX. A Igreja, inicialmente, não entendeu que o liberalismo opunha-se somente ao absolutismo e não estava contra ela. O que o liberalismo pretendia era implantar um sistema representativo. No afã de aglutinar forças contra o liberalismo, a Igreja organizou-se politicamente inclusive, em um primeiro momento, apoiou grupos e, em um segundo, fundou partidos. Com isso, acabou adotando o sistema representativo do liberalismo, pois isso a beneficiava. Então, nesse momento findou o conflito com o liberalismo. Logo, o surgimento da Democracia Cristã foi um acontecimento casuístico e até contra a vontade por parte da Igreja, mas a evolução posterior mostrou-se altamente benéfica para ela. Isso ocorreu para que a Igreja se opusesse a uma força que a ameaçava em um aspecto secundário, nos seus privilégios, mas que, na essência, tinha algo bom, o sistema representativo, o qual, posteriormente, adotou.

Depois de passada a avalanche liberal, vem o rolo compressor nazifascista. Este simplesmente estraçalha os valores judaico-cristãos da Europa, além de implantar regimes totalitários e autoritários em todo mundo. Novamente, a Democracia Cristã foi chamada a reerguer aqueles países atingidos e aliou-se, senão liderou, o reimplante da democracia no mundo ocidental. A ideologia democrata cristã, concretizada em partidos nacionais, significou a tábua de salvação para o Ocidente nos momentos mais cruciais no combate ao nazifascismo. Mas, após vencê-lo, surge outro inimigo ainda mais ameaçador para seus valores e para a democracia. Trata-se do comunismo. No espólio da vitória da guerra, os aliados descuidaram-se e entregaram gratuitamente aos comunistas russos o leste europeu e metade da Alemanha.

Para enfrentar o comunismo russo na Europa, mormente na Itália e Alemanha, a Democracia Cristã escolhe como arma o voto. Pelo voto, o comunismo é mantido dentro dos parâmetros democráticos. Quando o comunismo deixa de ser uma ameaça real ao sistema representativo e aos valores cristãos, a Democracia Cristã abandona sempre mais o caráter partidário e transforma-se num símbolo de valores. Nesse momento parecia que sua missão, como partido dentro de cada país europeu, estava concluída. É então que ocorre a transmutação das democracias cristãs nacionais para uma democracia cristã europeia, através do Partido Popular Europeu.

A experiência italiana do partido da Democracia Cristã revelou sua capacidade de aglutinar consensos, formar alianças e assumir governos e governar. Nos quase cinquenta

anos no poder, na Itália, ocupou a Presidência da República, a Presidência do Conselho de Ministros, as Presidências das duas casas do Parlamento, os diversos ministérios. Revelou-se também um partido igual aos demais, susceptível à corrupção e às lutas internas pelo poder. A crise de *Mani Pulite ou Tangentopoli*, na década de noventa, feriu-o de morte. O óbito da Democracia Cristã foi precedido de uma longa agonia e não menos longa coma. Por que desapareceu a Democracia Cristã na Itália?

Várias razões podem ser aduzidas para o acontecimento. Pode-se enfatizar a mudança da conjuntura internacional. Com efeito, na década de noventa, ocorre a extinção da ex-URSS. Desde o início, no período de Alcide de Gasperi e seus sucessores, a Democracia Cristã tornou-se o escudo *crociato* contra as pretensões comunistas na Itália. Para tanto, externamente tinha o apoio dos Estados Unidos da América, da Europa e da Igreja. Internamente, a comunidade católica, em boa parte conduzida pelos movimentos católicos, prestava-lhe inicialmente apoio incondicional. Além disso, o partido estava convencido desse papel histórico que lhe estava reservado. Com o fim do comunismo, o inimigo tornou-se um moinho de vento. O fim, até então fora colimado: manter o comunismo dentro das regras institucionais, com um mérito adicional, sem usar a violência física, isto é, o comunismo na Itália foi contido, como regra geral, através do jogo democrático. E isto foi reconhecidamente um mérito.

Extinto comunismo, a Democracia Cristã perde o *norte*, o objetivo maior. A partir de então, perante o intrincado labirinto da política, a Democracia Cristã fica como alguém que perdeu o rumo, tenta saídas como a do protesto, que foi o caso da Liga ou o caminho do conservadorismo direitista, como a aliança com *Movimento Sociale Italiano* ou até mesmo o radicalismo e, para tanto, inclina-se para a Rete, sem deixar de mencionar a atração do inimigo vencido, o *Partito della Sinistra*. No entanto, não parece uma razão suficiente apontar a queda do comunismo russo como a causa do desaparecimento do partido da Democracia Cristã na Itália. Desapareceu na ex-URSS, mas em outros continuou, como China, Vietnã, e dentro do mundo ocidental, na ilha de Cuba. A “missão” poderia ter continuado, propondo a vitória total sobre tal ideologia.

A retirada da equipe de apoio da Igreja também é aduzida como causa. Com efeito, após a eleição de Carol Voytilla, Papa João Paulo II, há uma reviravolta na política da parte da Igreja. O projeto de uma Itália como modelo de relações Estado e Igreja, tão sonhado por Paulo VI, é abandonado de vez com o Papa da Polônia. A Igreja volta-se para outros

objetivos com outras estratégias. A América Latina torna-se um dos grandes objetivos, mas de uma maneira geral, o terceiro mundo. A Igreja abandona a estratégia de influir no poder temporal através de um partido com o qual mantém estreito intercâmbio e passa a adotar uma ação autônoma. Além disso, não há uma relação necessária entre o sucesso da Democracia Cristã associado ao apoio da Igreja. Algumas vezes, a Democracia Cristã sofreu reveses por ter seguido as orientações da Igreja como foi o caso do divórcio. Logo, a retirada de campo da equipe do Vaticano também parece não ser uma razão suficiente. Aliás, esta unidade dos católicos em torno do partido da Democracia Cristã era um mito, alimentado por ambos, Igreja e Partido, enquanto serviu. No momento que deixou de dar dividendos para ambos, a ruptura não teve maiores convulsões.

Parece-nos mais razoável a conjugação de um fator externo, *Mani Pulite*, e de outro interno, cisões internas insuperáveis. Esses dois fenômenos ocorreram simultaneamente, o que decretou o fim do partido da Democracia Cristã na Itália. A ocorrência simultânea foi a peculiaridade que levou ao fim do partido. Os dois fenômenos já tinham ocorrido antes, mas sempre separados. Internamente, o partido sempre teve divisões, algumas maiores, outras menores, porém, sempre foram superadas pela mediação. Também teve problemas externos também com escândalos financeiros como o famoso escândalo Lockheed. No entanto, a ação *Mani Pulite*, fenômeno externo, conjugado as cisões internas do partido, provocaram o fim do partido da Democracia Cristã e a emergência de novos sujeitos políticos dela originários.

Referências:

ADENAUER, Konrad. *Seguridad Social em la Economia Social de Mercado*. Bonn: CIEDLA, 1995.

CACIAGLI, Mario. La Grande Svolta dell'Elettorato. *Il Mulino*. Settembre-Ottobre 1998, Bologna, p. 820

CACIAGLI, Mario. La Caduta de Kohl: il Destino della Cdu. *Il Mulino*. Gennaio-Febbraio 2000, Bologna. p.160 a 163.

DASTOLI, Virgilio. I Partiti Europei di Fronte alle elezioni di Giugno. *Il Mulino*. Marzo-Aprile. 1994, Bologna, p. 342.

MAYER, Jean-Marie. Los Partidos Católicos y demócrata cristianos, un Intento de Definición. Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana. Mexico, 1987.

MOLONY, John N.. The Emergence of Political Catholicism in Italy: Partito Popolare, 1919-1926, Totawa, Rowan Littlefield, 1977.

PASQUINO, Gianfranco. Pluralità degli Apporti e delle Componenti nel Modelo di Partito Degasperiano. *Quaderni*. Numero 21, 1982, Milano. p. 12 a 15.

PAPISCA, Antonio. I Partiti Politici Europei, ovvero: il Fronte dell'Europa. *Il Mulino*. Novembre-Dicembro 1977, Bologna, p. 812.

POULAT, Émile. Église contre Bourgeoisie: Introduction au Devenir du Catholicisme actuel. Paris, Casterman, 1977.

ROSA, Gabriele de. Il Movimento Cattolico in Itália: dalla Restaurazione all'età Giolittiana. Bari, Laterza, 1972.

SECCO SUARDO, Dino. 1962. I Cattolici Intransigenti: Studio di una Psicologia e di una Mentalità. Brescia, Moncelliana, 1962.

Christian Democracy as an option to european totalitarianisms

Abstract: In Europe, in the nineteenth century, that is, before 1860 the influence of faith on politics was nearly no one due to the advancement of liberal ideology. In addition, the attempts to have faith acting politically through confessional parties resulted in failure. This is a consequence of the fact that the majority of Catholics identified with both conservatism and traditionalism as well as with absolute monarchy, besides advocating the rights and privileges of the Church. The Church, in its turn, ignored Christian politicians, thus dealing directly with the heads of the state through its hierarchy. In addition, the Church did not allow anybody to speak as its representative. The escalation of totalitarian regime did Christians to found political parties and present them as an alternative to totalitarianism.

Keywords: Christian Democracy; Fascism; Nazism; Communism

Data de apresentação: 18/06/2012

Data de aceite: 05/09/2012